

NATUREZA DEMOGRÁFICA E CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE

Rogers Hansine & Carlos Arnaldo

INTRODUÇÃO

Em 1950, apenas 29,6 % da população mundial era considerada urbana, em 2014, mais da metade, isto é, 53,6 % da população mundial vivia em áreas urbanas. Para 2030, projecta-se que 60 % da população mundial viverá em espaços urbanos, podendo em 2050 atingir 66,4 % (DESA – Population Division, 2015). No passado, a maior parte deste crescimento foi liderada pelos países economicamente mais avançados. Porém, estima-se que 90 % do crescimento urbano global actual e nas próximas décadas tem tido e terá lugar no Sul Global, particularmente na Ásia e África, portanto em países economicamente menos avançados, tais como Moçambique. Um facto importante é que as áreas urbanas correspondem a menos de 1 % da superfície da Terra, albergando, actualmente, mais de metade da população mundial e gerando em torno de 70-80 % do PIB global (Schneider *et al.*, 2009).

É consensual que a transição urbana, isto é, o processo de substituição do modo de vida rural ou campesino, caracterizado por assentamentos dispersos, por outro modo de vida, caracterizado por assentamentos concentrados (Araújo, 2003), é um factor importante para o progresso económico dos países. Todavia, as consequências do rápido crescimento demográfico urbano dividem a opinião dos académicos assim como da classe política. Ehrlich & Ehrlich (1970, 1994) e McNamara (1983) defendem que o rápido crescimento demográfico urbano nos países do Sul Global tem consequências negativas. Explicando esta posição, Hartmann (2014) dá a entender que os defensores deste ponto de vista se baseiam nos pressupostos malthusianos, no que ela denomina MARA, isto é, *Malthusian Anticipatory Regime for Africa*. Tal pensamento considera que a falta e/ou implementação efectiva de estratégias de gestão e controlo do crescimento demográfico em geral, e particularmente nas cidades africanas, é um dos obstáculos ao desenvolvimento socioeconómico do continente. Para Dyson (2011), as consequências da falta de medidas para gestão do crescimento demográfico traduzem-se no mero aumento da população sem que as condições de vida melhorem. Consequentemente, Hartmann (2014) argumenta que está estabelecida a percepção de que a pobreza, a degradação ambiental e mesmo o terrorismo em algumas regiões africanas podem ser consequências da ausência

e/ou implementação eficiente de estratégias para gerir o acelerado crescimento demográfico (urbano ou não).

Porém, para Fischer (2010), o crescimento demográfico seja ele urbano ou não, quando acompanhado de políticas sociais e económicas consistentes e dinâmicas, é um factor estimulante do desenvolvimento socioeconómico. Boserup (1981) já teria notado que a pressão demográfica tende a impulsionar a inovação tecnológica, particularmente no contexto agrário. Por sua vez, os assentamentos urbanos, pelo facto de serem concentrados, tendem a facilitar a provisão de bens e serviços e a oferecer mais oportunidades de emprego, educação, bem como de circulação e partilha de informação. Portanto, a pressão demográfica urbana impulsiona a inovação tecnológica, especialmente no mercado laboral. Ao mesmo tempo, tal pressão pode ser favorável à constituição de um mercado de consumo dinâmico e atractivo, o que pode ter impactos positivos na geração de receitas fiscais. O dividendo demográfico, visto a partir da experiência dos tigres asiáticos, mostrou que o aumento da população (incluindo urbana), quando acompanhado de políticas económicas e sociais concretas e bem articuladas, impulsiona o desenvolvimento económico (Eastwood & Lipton, 2012; Lee & Mason, 2006; Mason, 2007). Com base na análise de dinâmica demográfica das principais cidades moçambicanas, este artigo identifica e discute as consequências do crescimento demográfico urbano em Moçambique. Em função da tendência dos principais indicadores demográficos, nomeadamente, natalidade, mortalidade e migração, segundo os dados censitários (1997, 2007 e 2017), pretendemos investigar quais são os efeitos da dinâmica demográfica urbana para as cidades e para o País. A nossa análise centra-se nas principais cidades de Moçambique. Identificamos como principais cidades aquelas cuja população é superior a 200 000 habitantes. Esta conceptualização é importante por ser consistente com a realidade das principais cidades de Moçambique e, ao mesmo tempo, não nos distanciar dos padrões usados pelas Nações Unidas, segundo os quais os espaços urbanos são assentamentos com 300 000 ou mais habitantes (DESA – Population Division, 2015).

O texto está estruturado em quatro partes, a saber: esta primeira parte, na qual introduzimos o tópico e as nossas opções metodológicas. De seguida, discutimos, sucintamente, os critérios de classificação urbana em Moçambique e as suas implicações para o entendimento do urbanismo. Na terceira secção, descrevemos e analisámos o processo de crescimento demográfico urbano em Moçambique. Nesta secção, procuramos distinguir o crescimento urbano do crescimento demográfico urbano, especialmente no que concerne às consequências diferentes que ambos podem produzir. Na quarta secção, analisamos as três componentes do crescimento populacional, nomeadamente natalidade, mortalidade e migrações, de modo a identificar, bem como explicar os desafios e as oportunidades associadas ao crescimento demográfico urbano em Moçambique.

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS EM MOÇAMBIQUE

Não existe uma definição universal e inequívoca do que deve ser um espaço urbano. Cada país adota os critérios que considera convenientes ou relevantes para definição de áreas urbanas. Por exemplo, dos 233 países incluídos no relatório *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*, 125 empregam o critério administrativo em conjugação com outros critérios, 65 empregam exclusivamente critérios administrativos, 49 exclusivamente o critério demográfico, 44 combinaram o critério demográfico com outros critérios e 26 usaram exclusivamente uma combinação entre critério administrativo e demográfico (DESA – Population Division, 2015). Segundo o Banco Mundial (2010), os critérios de classificação de espaços urbanos em Moçambique tendem a variar de acordo com a instituição que os propõe. Os critérios em uso pelo Ministério da Administração Estatal (MAE) diferem dos critérios usados pelo Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), que, por seu turno, diferem dos critérios usados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O Banco Mundial (*idem*) cita o *Boletim da República (BR)*, I Série, n.º 16 de 1987 como base legal de que o MAE dispõe para identificar e classificar áreas urbanas. Segundo este Boletim, as áreas urbanas são classificadas com base no seu nível de desenvolvimento económico. Assim, aspectos políticos, económicos, sociais, culturais, densidade da população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de actividades de comércio, educação e saneamento são usados como critérios para classificar que assentamentos devem ser urbanos. O MAE considera que os espaços urbanos em Moçambique são constituídos por dois tipos de assentamentos, nomeadamente as cidades e vilas urbanas. As cidades e as vilas urbanas, por sua vez, são classificadas em quatro tipos, a saber, A, B, C e D. A cidade do tipo A é a cidade de Maputo. As cidades do tipo B são Nampula, Beira e Matola; as do tipo C são todas as outras capitais províncias. Os municípios são classificados como cidades ou vilas urbanas do tipo D (*idem*, 2010).

Todavia, não há uma explicação clara sobre a forma como estes critérios são empregados. Ou seja, embora se indiquem os critérios em uso, não há indicação dos indicadores e dos parâmetros que os assentamentos devem possuir para serem considerados urbanos e ocuparem o respectivo nível na hierarquia urbana. Por outro lado, não está claro qual deve ser o grau de desenvolvimento industrial ou de infra-estruturas e como ele deve ser medido para classificar um assentamento como urbano. O mesmo sucede com a componente demográfica, não há indicação clara de qual deve ser o número mínimo de habitantes que as cidades e centros urbanos devem possuir e muito menos sobre a densidade populacional.

O MICOA, por seu lado, define áreas urbanas com base no tipo de uso da terra. Para o MICOA, o terreno urbano corresponde a área dentro dos municípios, aldeias e sedes dos postos administrativos e localidades, desde que estes assentamentos tenham o estatuto legal

de área urbana (BR, 2007 de 18 Julho). Nesse caso, os fundamentos para classificar espaços urbanos estão relacionados com a sustentabilidade dos centros urbanos em termos de uso de solo, saneamento e ambiente, desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e comunicações e condições de alojamento. Portanto, diferentemente dos critérios do MAE, os critérios do MICOA centram-se no uso sustentável dos terrenos urbanos por meio de acções de planeamento urbano tendo em conta a articulação entre os poderes local e central. Aqui, também o MICOA não estabelece os parâmetros sobre os quais assenta a sua classificação de espaços urbanos. Dadas as enormes disparidades nas formas de uso e aproveitamento da terra nos assentamentos urbanos em Moçambique, os critérios empregados pelo MICOA não fornecem detalhes sobre quais são as características essenciais do terreno urbano.

Para o INE, constituem espaços urbanos em Moçambique todas as cidades capitais de província; todas as cidades com mais de 20 mil agregados familiares e as restantes áreas urbanas de cada província (Banco Mundial, 2010). O objectivo dos critérios empregados pelo INE é estabelecer uma clara distinção entre áreas de enumeração urbanas e áreas de enumeração rurais para efeitos censitários. Assim, as áreas de enumeração urbana têm entre 100 e 150 agregados familiares, enquanto as rurais têm entre 80 e 100 agregados. O INE considera que as áreas urbanas em Moçambique são constituídas por 23 cidades e 60 vilas (INE, 1999, 2009). Entretanto, embora o INE seja mais objectivo quanto aos parâmetros e indicadores a usar do ponto de vista demográfico, de acordo com o Banco Mundial (2010), no Censo de 2007, das 68 vilas, apenas 59 satisfaziam os critérios do INE. Particularmente, no concernente ao tamanho da população, nove vilas não reuniam requisitos para serem classificadas como aglomerados urbanos.

Embora estas instituições usem critérios diferentes para responder aos seus objectivos, elas convergem na pretensão de definir o que devem ser os espaços urbanos em Moçambique. Do ponto de vista político-administrativo, ambiental e para efeitos censitários, os critérios usados respondem aos objectivos. Todavia, do ponto de vista de rigor conceptual, estes critérios são problemáticos. O facto de os assentamentos urbanos serem demograficamente e estruturalmente diferentes em vários níveis coloca por si só um enorme desafio em conceptualizar de maneira inequívoca os espaços urbanos (Haferburg & Rothfuss, 2019). A existência num único país, de diversos critérios para classificar assentamentos urbanos, sobretudo critérios pouco explícitos quanto aos parâmetros e indicadores, agrava o desafio de conceptualizar o urbano.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NOS ESPAÇOS URBANOS MOÇAMBICANOS

Os dados do Banco Mundial mostram que o crescimento urbano em Moçambique foi acelerado durante as décadas de 1980 e 1990. Numa primeira fase, concretamente entre 1975 e 1990,

o crescimento urbano foi particularmente estimulado pela reclassificação urbana (Pililão, 1989; Araújo, 2003). Com o aumento de assentamentos classificados como urbanos, a população urbana aumentou. Na altura da proclamação da independência, em 1975, a população urbana cifrava-se em cerca de 8 %. Entretanto, 15 anos depois, isto é, em 1990, aproximadamente 25 % da população moçambicana era classificada como urbana (banco de dados do Banco Mundial, 2019)¹. Portanto os decretos legais tiveram um papel importante no crescimento da população urbana e no crescimento urbano. Todavia, o papel da dinâmica demográfica, em especial das migrações forçadas, também foi importante no aumento da população urbana durante aquele período (Jenkins, 2013). Na segunda fase, que tem início em 1990, o rápido crescimento urbano foi, sobretudo, impulsionado pela dinâmica demográfica dentro dos espaços urbanos (Araújo, 2003; Costa, 2011; Raposo *et. al.*, 2012). Como resultado deste rápido crescimento, no ano 2000 a proporção da população urbana em Moçambique atingiu 30 % e, actualmente está situada em torno de 34 % (banco de dados do Banco Mundial, 2019; INE, 2019).

Após a independência, a primeira reclassificação das cidades moçambicanas teve lugar em 1979 (Pililão, 1989). Nela foram classificadas como cidades todas as capitais provinciais e ainda Nacala e Chókwè. Nesta classificação, considerou-se como critério base o grau de desenvolvimento alcançado pelos centros urbanos do País, particularmente a complexidade da sua vida política, económica, social e cultural; a densidade populacional e o tipo de indústria, comércio, actividades sanitárias, educativas, culturais e desportivas (*idem*, 1989: 109). Com base nestes critérios, as cidades moçambicanas foram classificadas em três níveis, nomeadamente A, B, C, sendo Maputo do nível A, Beira e Nampula do nível B e as demais cidades, isto é, capitais de província e ainda Nacala e Chókwè de nível C. Em 1986, as cidades moçambicanas foram reclassificadas passando de três para quatro níveis. A cidade capital, Maputo permaneceu como a única de nível A; as cidades de Beira e Nampula, dada a sua importância regional, foram reclassificadas como cidades de nível B. As cidades de nível C são as demais cidades capitais de províncias e as cidades cuja dimensão histórico-cultural nacional e universal assim como a importância económica tem interesse nacional e regional. Aqui encontramos incluídas Nacala e Ilha de Moçambique. Finalmente, as cidades de nível D são os demais centros urbanos do País cujo grau de desenvolvimento é relevante para o desenvolvimento local (ver tabela 1).

¹ <https://databank.worldbank.org/source/population-estimates-and-projections#> (consultado a 27/06/2019).

TABELA 1. CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES MOÇAMBICANAS

CIDADE NÍVEL A	CIDADES NÍVEL B	CIDADES NÍVEL C	CIDADES NÍVEL D
Maputo	Beira	Chimoio	Angoche
	Nampula	Nacala	Cuamba
	Matola	Quelimane	Chibuto
		Inhambane	Chókwè
		Lichinga	Dondo
		Pemba	Guruè
		Tete	Manica
		Xai-Xai	Maxixe
		Ilha de Moçambique	Mocuba
			Montepuez

Fonte: adaptado do Banco Mundial (2010).

O aspecto crítico é que a reclassificação atribuiu o estatuto de espaço urbano a territórios dentro das cidades e vilas que apresentavam, e, em muitos casos, ainda apresentam, fortes marcas do modo de vida rural e campesino tal como objectado por Araújo (2003). Porém, não é menos verdade que, nesses espaços, o carácter urbano também está e estava presente, ainda que de modo incipiente. Portanto, é possível que a reclassificação tivesse em vista não somente distinguir assentamentos de população urbana de assentamentos de população rural, mas também fosse um meio para impulsionar o desenvolvimento urbano. Esta urbanização por decreto teve e continua a ter implicações profundas no entendimento de urbanização em Moçambique. Todavia, ao mesmo tempo que na década de 1980 a reclassificação urbana impulsionou o crescimento urbano e o crescimento da população urbana, factores de índole política e ambiental também contribuíram para a rápida urbanização. Entre 1976 e 1992, Moçambique experimentou um clima de instabilidade militar que levou milhares de moçambicanos a buscar refúgio nos países vizinhos, mas também nas cidades, sobretudo nos grandes centros urbanos (Hanlon, 2010). Portanto, o papel da migração forçada do campo para a cidade foi crucial no crescimento da população urbana. Raimundo & Muanamoha (2013) esclarecem que, a par da instabilidade militar, os desastres naturais, especialmente as secas que assolaram Moçambique na década de 1980, também forçaram milhares de moçambicanos a deslocarem-se para os centros urbanos.

Após a assinatura dos Acordos de Paz em 1992, a migração do campo para cidade continuou a ter lugar, porém motivada por outros factores (Hanlon, 2010). Entre os factores que terão contribuído para o contínuo fluxo de migrantes do meio rural para o meio urbano, há a destacar os efeitos adversos dos programas de reajustamento estrutural orientados a partir das instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional (Hanlon & Smart, 2008). Para Gurmú & Mace (2008), os programas de reajustamento estrutural contribuíram de forma crítica para a fragilização do tecido produtivo em muitos países africanos, pelo que Hanlon & Smart (2008) argumentam que, especialmente no contexto rural, com as reformas económicas neoliberais, muitos Estados viram a sua capacidade de financiar o sector agrário enfraquecida. Consequentemente, é plausível que, em Moçambique, o campesino, já afectado pela destruição de infra-estruturas básicas, tais como estradas, pontes e sistemas de regadio devido à instabilidade militar, e, ao mesmo tempo, fustigado pelas secas, tenha visto na migração para a cidade a melhor alternativa para sobreviver (Hanlon, 2010; Raimundo & Muanamoha, 2013)

A migração campo-cidade por razões económicas está associada à imagem da cidade como um lugar de oportunidades. Tal como explicado por Jenkins (2006), tal imagem terá sido estabelecida no período colonial, dado que boa parte da mão-de-obra barata e necessária para a vida urbana provinha do campo. Com a independência, esta dinâmica não foi alterada e a imagem da cidade como um lugar de oportunidades continua relevante no imaginário colectivo. No entanto, embora a migração seja um factor importante, defendemos que o crescimento natural, isto é, a diferença entre nascimentos e óbitos, tem tido maior peso no rápido crescimento urbano e no crescimento demográfico urbano em Moçambique. Esta posição é consistente com o que se observa em outros países africanos. Cohen (2006) afirma que se espera que a população nas cidades africanas, sobretudo nas pequenas e médias cidades, continue a aumentar devido ao crescimento natural.

O CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS CIDADES MOÇAMBICANAS

O crescimento da população é determinado por três factores: natalidade, mortalidade e movimentos migratórios. Nesta secção, apresentamos e discutimos a tendência dos indicadores demográficos associados ao crescimento demográfico urbano, nomeadamente a fecundidade, a mortalidade e a migração. Os dados foram obtidos dos censos de 1997 e 2007 e dos resultados preliminares do Censo de 2017. De seguida, procedemos à análise das consequências do crescimento demográfico urbano em Moçambique.

O CRESCIMENTO NATURAL

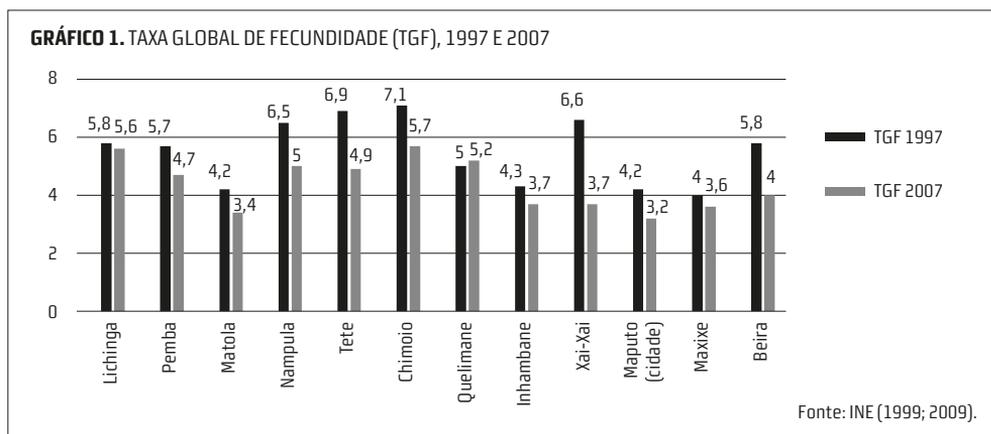
Cerca de 75 % do crescimento demográfico das cidades africanas é determinado pelo crescimento natural, isto é, pela diferença entre a natalidade (fecundidade) e a mortalidade (Ezeh *et al.*, 2010). Em geral, a fecundidade nas áreas urbanas tem vindo a reduzir-se.² Os dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) mostram que, em 1997, as mulheres nas áreas

² Sucintamente, a taxa de fecundidade é o número médio de filhos que uma mulher em idade reprodutiva, isto é, de 15 a 49 anos, terá se der à luz de acordo com as taxas específicas de fecundidade por idade vigentes no contexto onde ela reside (Bongaarts & Feeney, 1998).

urbanas tinham uma fecundidade de 5,1 filhos. Em 2003, este valor baixou para 4,4 filhos, tendo aumentado ligeiramente para 4,5 filhos em 2011 (INE & MISAU, 2011). Os factores conducentes ao declínio da fecundidade nos espaços urbanos moçambicanos têm sido associados ao aumento da prevalência de uso de contraceptivos modernos, dos níveis de escolarização feminina e da inserção da mulher no mercado de emprego formal (Agadjanian, 2001; Arnaldo, 2013; Arnaldo & Muanamoha, 2013). Portanto, é plausível que haja uma associação entre a urbanização e a redução da fecundidade em Moçambique e tal argumento é consistente com as discussões sobre a transição demográfica (Bongaarts, 1978, 2015; Kingsley & Blake, 1956), assim como com os recentes debates no campo da demografia evolutiva (Sear *et al.* 2016).

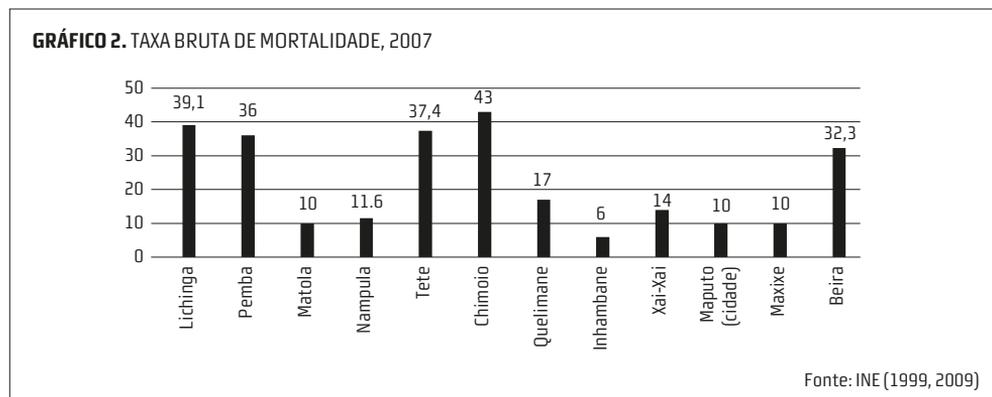
No entanto, a tendência geral de declínio da fecundidade nos espaços urbanos oculta importantes disparidades entre as cidades moçambicanas. Os dados dos censos de 1997 e 2007 mostram que os níveis de fecundidade variam significativamente entre as principais cidades de Moçambique. Em 1997, entre as cidades com a taxa de fecundidade mais baixa, encontramos as cidades de Maxixe e Beira, com quatro filhos por mulher, seguidas da cidade de Maputo e Matola, com 4,2, e Inhambane, com 4,3 filhos por mulher. Em 1997, as taxas mais elevadas foram observadas em Chimoio (7,1), Tete (6,9), Xai-Xai (6,6) e Nampula (6,5).

As estimativas do Censo de 2007 mostram que as taxas globais de fecundidade mais baixas nas principais cidades de Moçambique registaram-se nas cidades de Maputo (3,2), Matola (3,4), Maxixe (3,6), Inhambane (3,7) e Xai-Xai (3,7). Por seu turno, as taxas globais de fecundidade mais elevadas foram observadas em Chimoio (5,7), Lichinga (5,6), Quelimane (5,2) e Tete (4,9). Entre os dois censos, a fecundidade reduziu-se nas principais cidades moçambicanas, com a excepção de Quelimane. Nesta cidade, a fecundidade aumentou ligeiramente, passando de 5 para 5,2 filhos por mulher. As maiores reduções da taxa de fecundidade foram observadas em Xai-Xai, (3 filhos por mulher), seguida da cidade da Beira (2 filhos por mulher) e Nampula e Chimoio (1,5 filhos cada) (gráfico 1).



Estas disparidades mostram-nos que, no contexto moçambicano, a relação entre urbanização e redução da fecundidade, embora plausível, é complexa. Portanto, não são as semelhanças em relação ao nível de fecundidade que são importantes para caracterizar a fecundidade urbana. Se alguma semelhança existe ao nível da fecundidade entre as cidades moçambicanas é o facto de esta continuar a ser relativamente alta. Apesar do declínio observado entre 1997 e 2007, o número de filhos por mulher nas cidades moçambicanas é ainda elevado, com a excepção das cidades localizadas no sul do País, nomeadamente Maputo, Matola, Maxixe, Inhambane e Xai-Xai. Nestas cidades, a taxa global de fecundidade está abaixo de quatro filhos por mulher. Portanto, é possível constatar que a fecundidade está a decair em algumas cidades moçambicanas, porém as significativas disparidades interurbanas não permitem inferir uma clara associação entre a urbanização e o declínio da fecundidade.

O Censo de 2007 revela importantes diferenças de mortalidade entre as principais cidades moçambicanas. As taxas mais elevadas são registadas nas cidades de Chimoio (43 óbitos por mil habitantes), Lichinga (39,1 por mil) e Tete (37,4 por mil). Em contraste, as mais baixas registam-se nas cidades do Sul do País, com destaque para Inhambane (6 por mil), cidade de Maputo, Matola e Maxixe (10 por mil). A particularidade da mortalidade em Moçambique, como na grande maioria dos países africanos, é o facto de se concentrar na infância (Arnaldo & Muanamoha, 2011, 2013). Porém, tem sido observada uma redução substancial da mortalidade no País. Em 1997, a taxa bruta foi estimada em 21,2 por mil, tendo em 2007 passado para 15,6 por mil (Arnaldo & Muanamoha, 2011). Esta redução significativa foi determinada pela queda das taxas de mortalidade infantil, que passaram de aproximadamente 140 por mil nascimentos para 64 por mil no final da década de 2000 (IDS, 2011). Nas áreas urbanas, as taxas de mortalidade são menores do que nas áreas rurais. Portanto, ao mesmo tempo que a mortalidade vem declinando nas cidades, a natalidade permanece relativamente elevada. Como resultado, observa-se um crescimento acelerado da população urbana, e as implicações destas dinâmicas demográficas urbanas para as cidades têm merecido pouco escrutínio.



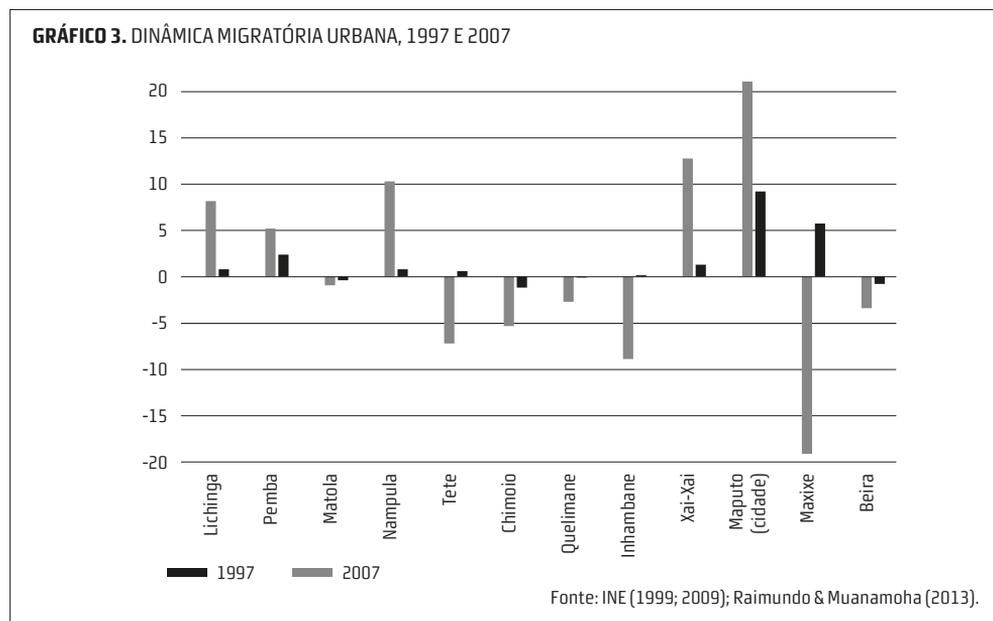
MIGRAÇÃO E SALDO MIGRATÓRIO

Embora a migração para as cidades desempenhe um papel de relevo no crescimento urbano em Moçambique (Raimundo, 2007; Raimundo & Muanamoha, 2013), a escassez e baixa qualidade dos dados sobre dinâmica migratória constitui um sério entrave à análise sistemática sobre o peso da migração no processo de crescimento urbano. Como discutido por Rodrigues (2019, p. 449), «existem, contudo, [...] em Moçambique, grandes dificuldades em conhecer em detalhe as dinâmicas da mobilidade, bem como a sua relação com o urbanismo». Por outro lado, a noção de migração pode ser ambígua, tal como explicado por Todaro (1997), ao afirmar que, embora migração constitua uma forma de mobilidade humana, nem sempre a mobilidade humana constitui migração. Portanto ao estudar a dinâmica demográfica e a sua relação com o urbanismo em Moçambique, deve-se antes ter em conta que os dados existentes e a sua qualidade são problemáticos e é preciso delimitar o que entendemos por migração. Neste trabalho, usamos os dados do INE e consideramos a migração de toda a vida conforme recolhida nos censos moçambicanos. Raimundo & Muanamoha (2013), explicando as vantagens e desvantagens em usar este indicador, afirmam que os censos moçambicanos permitem capturar este indicador, comparando o lugar de nascimento com o lugar de residência, porém esta comparação oculta as etapas do processo migratório, que é um aspecto fundamental da dinâmica migratória.

A tendência da migração para as cidades moçambicanas mostra cenários diferentes. Os volumes de entrada e saída da população nas cidades moçambicanas são diferentes e não apresentam uma tendência padronizável. Entre as cidades que tiveram um saldo migratório positivo em 1997, destacam-se Maputo, Xai-Xai, Nampula e Lichinga. Entre aquelas que tiveram um saldo migratório negativo, há a destacar Maxixe, Inhambane e Tete. Os dados sugerem que a principal distinção no que concerne à migração para as cidades entre 1997 e 2007 terá sido a redução do volume de migrantes entrando e saindo das cidades. Tal pode ser explicado pelo clima de estabilidade militar que caracterizou Moçambique nas décadas 1990 e 2000. Ou seja, enquanto o Censo de 1997 registou a mobilidade forçada devido ao conflito armado dos anos 1980, o Censo de 2007 poderá ter registado somente a mobilidade da população para as cidades fundamentalmente por razões económicas, um número menor volumedo que o das migrações forçadas.

Por outro lado, os dados sobre a migração mostram que há uma grande diferença entre a cidade de Maputo e o resto das cidades moçambicanas quanto ao peso da dinâmica migratória no crescimento da população urbana. Entre 1997 e 2007, a cidade de Maputo continuou a ter um saldo migratório positivo e relativamente alto. Por sua vez, nas restantes cidades o saldo migratório reduziu-se e o seu peso, comparado com o crescimento natural, enfraqueceu. Raimundo & Muanamoha (2013) mostram que, em termos migração interprovincial, tanto no Censo de 1997 como no de 2007 a cidade de Maputo apresentava os maiores valores concernentes ao saldo migratório e concluem que a cidade de Maputo é o destino preferencial

de migrantes de todas as províncias moçambicanas. Considerando o efeito do conflito e dos desastres naturais na mobilidade da população, parece haver fundamento para considerar que, com excepção da cidade de Maputo, cerca de 75 % do crescimento demográfico urbano se deve ao crescimento natural e somente 25 % à dinâmica migratória, tal como sucede com a maioria dos outros países africanos (Ezeh *et al.*, 2010).

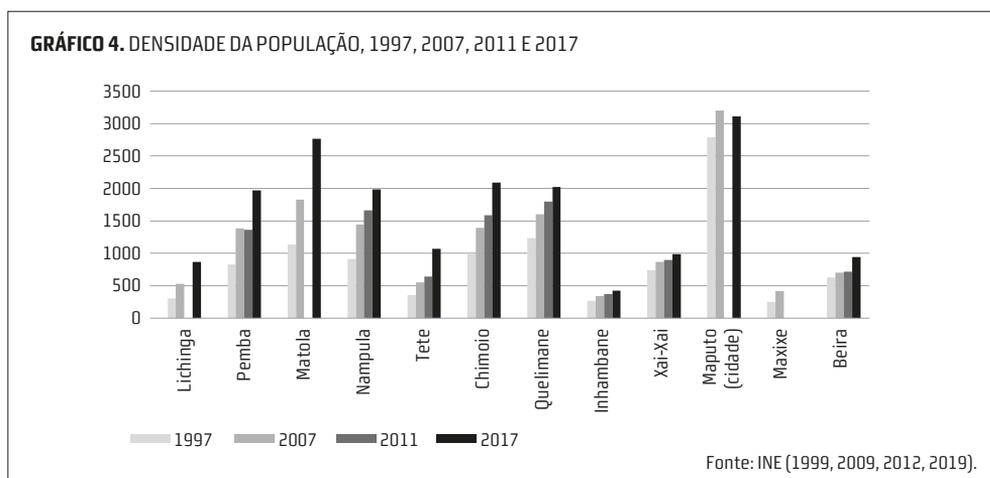


Como resultado das dinâmicas demográficas acima descritas, nomeadamente a fecundidade, a mortalidade e as migrações, as cidades moçambicanas têm vindo a crescer muito rapidamente e espera-se que continuem a ter este ritmo de crescimento. Em 1997, dos 16 milhões de moçambicanos, aproximadamente 4,5 milhões, correspondentes a 28 % da população, residiam em assentamentos urbanos. Em 2007, dos 21 milhões de moçambicanos, 30 %, viviam em assentamentos urbanos. O Censo de 2017 revela que, dos 28 milhões de habitantes, 33,4 % vivem em espaços urbanos, o que corresponde a aproximadamente 9 milhões de habitantes. Portanto, entre 1997 e 2017 a população urbana passou de 28 % para 33,4 %. À primeira vista, parece tratar-se de um aumento ligeiro em termos relativos, porém, em termos absolutos, corresponde a um aumento de 4,5 milhões para 9 milhões de pessoas. Ou seja, embora o crescimento relativo aparente ser diminuto, em termos absolutos é robusto. Em 20 anos, a população urbana praticamente duplicou. Este crescimento é robusto e os desafios sociais, económicos e ambientais têm merecido pouca atenção, especialmente considerando a fragilidade da economia moçambicana e o facto de muitas das cidades mais importantes do País estarem localizadas junto à costa e em áreas propensas a eventos naturais extremos.

CONSEQUÊNCIAS DO CRESCIMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE

A maioria das publicações sobre urbanização em Moçambique aborda questões relativas à origem e evolução dos espaços urbanos em Moçambique (Araújo 2012, 2005, 2003; Jenkins, 2013; Gonçalves, 2016); à questão da evolução dos espaços urbanos em Moçambique (Baia 2011; Costa 2011; Jorge & Melo 2011; e Melo 2013) e ao debate sobre a natureza dos espaços urbanos em Moçambique e sua diferença em relação aos espaços rurais (Andersen & Jenkins 2015; Jenkins 2004, 2006; Araújo, 1999).

Todavia, as áreas urbanas em Moçambique correspondem a menos de 1 % da superfície do País e albergam cerca de 33 % da população. As nossas estimativas mostram que dos 801 590 km² de área total do País, somente 5000 km² correspondem a superfície urbana, ou seja, 0,6 % da superfície total do País.³ Por outro lado, das 23 cidades moçambicanas, 13 estão situadas em territórios ecologicamente sensíveis, tais como planícies fluviais e litorais. Portanto, um dos primeiros aspectos a ter em conta é o impacto do rápido crescimento demográfico no que diz respeito à densidade demográfica das áreas urbanas estando elas situadas em territórios ecologicamente sensíveis. Os dados estatísticos indicam que a densidade da população entre as principais cidades moçambicanas é muito variável. Porém, ela tem vindo aumentar muito rapidamente, como ilustra o gráfico 4. Entre as cidades com densidades mais elevadas, destacam-se Maputo e Matola, com mais e 2000 habitantes por km². As mais baixas densidades observam-se em Maxixe e Inhambane, com cerca de 500 habitantes por km² (INE, 1999, 2009, 2017).



³ Os dados sobre a superfície urbana foram obtidos a partir das estatísticas distritais segundo o INE (2011).

McNamara (1983) argumenta que o principal obstáculo ao desenvolvimento dos países do Sul Global é a elevada taxa de crescimento demográfico pelos impactos adversos que resultam da concentração da população sem que sejam criadas as condições necessárias para uma vida decente. O aumento da densidade demográfica nas cidades moçambicanas não tem sido acompanhado por um planeamento urbano sistemático (Araújo, 2003; Jenkins, 2006). Em geral, o planeamento urbano é uma prática pouco comum nas cidades do Sul Global (Cohen, 2004, 2006; Dyson, 2011). Como resultado, as vantagens associadas aos assentamentos urbanos concentrados são substituídas pelos desafios que surgem da falta de planificação, da planificação deficiente ou de uma implementação ineficaz do planeamento urbano. Portanto, na generalidade das cidades moçambicanas, assiste-se a formas de uso e gestão do solo urbano que tendem a agudizar as desigualdades socioeconómicas e espaciais, incluindo a degradação do ambiente urbano (Araújo, 2003).

Assim, o impacto ambiental do crescimento demográfico urbano pode ser um problema preocupante. No entanto, Schneider *et al.* (2009) mostram que os impactos resultantes da expansão de aglomerações e da população urbana, tais como a destruição e contaminação de ecossistemas, não são os únicos problemas. O modelo de sociedade de consumo que caracteriza a vida urbana actual implica o uso de recursos naturais, em particular, os energéticos, em grande escala e a deposição de resíduos resultantes do consumo crescente. Os autores da obra *Limites de Crescimento*, Meadows *et al.* (1992), também chamaram a atenção para os problemas ambientais associados ao desenvolvimento da sociedade urbana e de consumo, tendo em conta, especialmente, o crescimento demográfico e a elevada densificação urbana. Portanto, o rápido crescimento demográfico urbano em Moçambique e o aumento da densidade demográfica a ele associado tem e terá o condão de produzir danos ambientais de enorme magnitude, cujas medidas de contenção ainda estão longe de responder ao problema, dada a inexistência de medidas de gestão urbanas eficientes. Um exemplo concreto é a gestão de resíduos sólidos e águas residuais. Nas cidades moçambicanas, os aterros a céu aberto são a forma comum de tratamento de resíduos sólidos. Quanto às águas residuais, a maioria são simplesmente descarregadas em terrenos baldios ou directamente em águas superficiais e no mar sem tratamento prévio (Banco Mundial, 2010). O rápido crescimento urbano e o aumento da densidade demográfica urbana pressupõem o aumento da quantidade de resíduos sólidos e águas residuais. Na ausência de medidas eficazes de gestão urbana, as consequências para o ambiente urbano podem ser catastróficas.

Outrossim, os centros urbanos mais importantes de Moçambique situam-se no litoral. Sendo Moçambique um país propenso à ocorrência de fenómenos hidrológicos e atmosféricos intensos, tais como ciclones e inundações, especialmente, à subida do nível médio das águas do mar devido às mudanças climáticas, o aumento da população urbana implica o aumento de pessoas e infra-estruturas expostas ao risco de eventos naturais extremos. Os recentes

ciclones, nomeadamente Iдай e Kenneth, que assolaram a costa moçambicana mostraram a vulnerabilidade das cidades moçambicanas ao causarem danos avultados nas cidades costeiras, em particular na cidade da Beira.

Do ponto de vista económico, o acelerado crescimento urbano em Moçambique não foi acompanhado de industrialização e do estabelecimento de um sector terciário decente em termos de oferta de postos de emprego e geração de receitas fiscais. Hanlon & Smart (2008) e Hanlon (2010) explicam que as políticas neoliberais implementadas por Moçambique como resultado da adesão às instituições de Bretton Woods em finais de 1980 contribuíram para a debilitação da indústria moçambicana. Assim, ao mesmo tempo que a população urbana crescia, as dinâmicas industriais do País não estiveram à altura de dar uma resposta adequada. Castel-Branco (2002, 2003) demonstra que, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique ter registado um crescimento positivo desde finais dos anos 1980 até aos primeiros anos de 2000, o peso do valor acrescentado da indústria transformadora (VAIT) no PIB não somente permaneceu praticamente inalterado como também muito fraco. Em termos percentuais o peso do VAIT antes do início das actividades da MOZAL estimava-se em cerca de 11 %. Embora o início das operações da MOZAL tenha contribuído para o crescimento do VAIT, Castel-Branco (*ibidem*) argumenta que, dadas algumas características-chave dos mega-projectos em Moçambique, entre as quais estarem concentrados sobretudo na extracção de minerais energéticos e/ou em infra-estruturas de apoio às actividades extractivas, geram uma oferta de emprego limitada, estimada entre 5 a 10 % de cidadãos nacionais. Por outro lado, a grande maioria destes projectos não está localizada nos centros urbanos e, mesmo quando está, beneficia de isenções fiscais que poderiam fortalecer a capacidade financeira dos órgãos de gestão urbana (Castel-Branco, 2002).

O sector de serviços, onde a maioria da mão-de-obra urbana está concentrada, é dominado por iniciativas privadas de sobrevivência. Portanto, apesar de dinâmico, este sector é complexo e muitas vezes designado de informal por se organizar à margem das instituições do Estado ou mesmo em directa competição com o Estado. Porém, Jenkins (2013) chama a atenção para os problemas em usar a expressão «serviços informais» ou «empregados do sector informal» para caracterizar o aparente estado de anarquia na prestação de serviços a que a maioria dos residentes urbanos recorre para satisfazer as suas necessidades. Quer sejam serviços vitais, como transporte, água, educação e saúde, quer sejam serviços não vitais, os actores locais organizam-se de maneira estruturada para providenciar os serviços de que os cidadãos necessitam. Esta é uma resposta à limitada capacidade do Estado em providenciar serviços básicos: explorando a limitada presença do Estado, mesmo enquanto agente regulador, diversos actores locais encontram soluções para os seus problemas. Portanto, o sector terciário, embora vibrante, é maioritariamente auto-regulado, o que resulta, geralmente, em condições de emprego precárias. Outro desafio concerne à segurança alimentar urbana. O rápido crescimento demográfico

das cidades tem levado à conversão de áreas outrora destinadas ao cultivo de alimentos, ou seja, agricultura urbana, em áreas residenciais. Chikanda & Raimundo (2016) mostram que, no caso da cidade de Maputo, este processo tem contribuído para elevados níveis de insegurança alimentar e nutricional. Apesar destes desafios, no nosso entender, o crescimento demográfico, urbano ou não, tem o potencial de dinamizar a economia moçambicana se intervenções concretas no domínio das políticas económicas e sociais forem levadas a cabo sistematicamente (Arnaldo & Hansine, 2015).

O planeamento urbano é uma ferramenta essencial para tirar proveito do crescimento demográfico urbano. Ele deve ter em conta o direito à cidade, tal como defendido por Lefebvre (2004). Face aos interesses do Estado assim como do grande capital e das suas aspirações, é preciso salvaguardar o direito à participação activa dos cidadãos no planeamento urbano. Harvey (2003) fundamenta que o direito à cidade é muito mais do que o direito de acesso à cidade. Trata-se do direito de participar activamente na construção de uma cidade que responda às aspirações colectivas dos seus habitantes. Apesar dos avanços na autarquização em Moçambique, a participação dos cidadãos na construção da cidade segundo as suas aspirações ainda encontra espaço limitado nas estratégias de governação urbana, especialmente no planeamento urbano (Banco Mundial, 2010). Portanto, por meio deste instrumento o rápido crescimento urbano e o rápido crescimento demográfico urbano têm o potencial de serem convertidos em vantagens económicas e sociais associadas à transição urbana.

Ao falarmos em transição urbana estamos diante duma das consequências directas do rápido crescimento demográfico das cidades moçambicanas. Montgomery *et al.* (2013) explicam que a transição urbana se refere a mudanças que têm lugar quando a sociedade deixa de ser caracterizada pelo domínio de assentamentos maioritariamente dispersos nos quais a agricultura é a actividade económica dominante e passa a ser dominada por assentamentos concentrados, isto é, cidades nas quais as principais actividades económicas são a indústria e os serviços. Consequentemente, a densificação da população facilita a circulação e a partilha de conhecimento e informação, o que é essencial para o desenvolvimento económico. Assim, as cidades tornam-se atractivas pelas oportunidades que oferecem para educação e emprego. Quando o crescimento urbano, especialmente o crescimento demográfico urbano, tem lugar num contexto de fraca capacidade institucional para desenvolver e executar iniciativas de planeamento urbano de forma sistemática, as vantagens dos assentamentos concentrados convertem-se em dilemas urbanos. Esta é uma das características bem documentadas da transição urbana em Moçambique (Andersen & Jenkins, 2015; Araújo, 2003; Jenkins, 2013), assim como na maioria dos países do Sul Global (Cohen, 2004, 2006; Dyson, 2011). Em virtude do seu crescimento demográfico, as cidades moçambicanas têm o potencial de se converterem em centros dinâmicos de inovação e intensa actividade comercial, assim como de comandarem o desenvolvimento regional e nacional. Tendo em conta que, na actualidade,

cerca de 53 % da população mundial vive em cidades e mais de 80 % do PIB global é gerado nas cidades, a relação entre a dinâmica demográfica e a dinâmica económica das cidades tem repercussões importantes que se estendem além dos limites da cidade e da sua área de influência urbana (Schneider *et al.*, 2009). No contexto dos estudos da geografia regional, o desenvolvimento socioeconómico dos países está intimamente associado ao crescimento e desenvolvimento das cidades. Estas são os pólos que comandam o desenvolvimento regional e nacional. Se sistematicamente planeadas, as cidades moçambicanas podem converter a crescente densidade demográfica em mercados laborais dinâmicos e centros de consumo activos, gerando resultados positivos para a economia nacional.

A experiência histórica de diversos países sugere que o crescimento da população urbana não tem, *a priori*, impactos negativos ou positivos. O crescimento demográfico urbano foi importante para o desenvolvimento do actual modelo económico, que é comandado a partir das cidades. Todavia, a concentração de pessoas nas cidades é um desafio cuja resposta depende de medidas estratégicas para aproveitar o potencial da concentração demográfica. O que sucede com as cidades moçambicanas, tal como com a maioria das cidades do Sul Global, é que o crescimento urbano tem sido fortemente impulsionado pelo crescimento natural, especialmente pela elevada fecundidade. O crescimento natural não é, por si mesmo, um problema. Tal como discutido por Francisco (2011, 2012), sabendo a taxa de crescimento, também se sabe o tempo de duplicação, e esta informação é fundamental para acções de planeamento. Para Arnaldo & Muanamoha (2011, 2013), os desafios do crescimento demográfico devem ser vistos a partir dos seus efeitos sobre a estrutura demográfica. Nos casos em que o crescimento natural é o principal factor, a estrutura demográfica tende a ser dominada por população jovem. Portanto, a razão de dependência, isto é, o peso da população menor de 15 anos, tende a ser muito elevada. Tal como indicado por Arnaldo & Muanamoha (2013), o Censo de 2007 indicava que a razão de dependência jovem a nível nacional estaria em torno de 100 % ou 10 pessoas dependentes para cada 10 pessoas em idade activa. Com as taxas de fecundidade observadas nas cidades moçambicanas este cenário parece repetir-se. No entanto, a elevada razão de dependência juvenil tem um potencial enorme de ser convertida em força de trabalho que pode assegurar a produção e produtividade da economia. Para tal, além dos desafios na provisão de serviços de educação e saúde, a criação de postos de empregos é outro desafio importante. O potencial das economias urbanas para a inovação é um eixo fundamental que, a ser explorado, pode conferir um grande dinamismo à economia urbana, regional e nacional.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, com base na análise da dinâmica demográfica das principais cidades moçambicanas, pretendíamos discutir as consequências do crescimento demográfico urbano

em Moçambique. É importante notar que persistem importantes lacunas conceptuais no que diz respeito ao que constituem ou devem constituir espaços urbanos em Moçambique. Porém, desde a independência do País até aos dias de hoje a população urbana em Moçambique tem estado a crescer rapidamente. Este processo, conhecido por transição urbana, implica a passagem de formas de assentamento disperso e modo de vida campesino para formas de assentamento concentrado e modos de vida baseados na actividade industrial e nos serviços. Quer a transição urbana seja acompanhada de prosperidade económica ou simplesmente de mudanças demográficas, as oportunidades para o desenvolvimento sustentável urbano dependem, em grande medida, de assegurar o direito à cidade através do planeamento urbano. Na África Subsariana estima-se que 75 % do crescimento demográfico urbano é resultado do crescimento natural e os restantes 25 % da migração (Ezeh *et al.*, 2010). Estes pressupostos são consistentes com os dados censitários relativos ao crescimento demográfico urbano em Moçambique. Em outras palavras, nas cidades moçambicanas o número de nascimentos não apenas supera o número de óbitos, como também é o factor que mais contribui para o aumento da população urbana. Assim, quer se use a terminologia de gestão de nascimentos ou de planeamento familiar, no que diz respeito ao crescimento demográfico urbano, a natalidade é o factor decisivo. Podemos, pois, considerar que a manterem-se as actuais tendências das dinâmicas demográficas no que diz respeito à fecundidade e mortalidade, as medidas de gestão ou redução da migração campo-cidade terão um efeito secundário na redução do crescimento demográfico urbano. Por outro lado, Cohen (2006) argumenta que, apesar do peso significativo do crescimento demográfico urbano no crescimento urbano africano, este último tem sido feito à custa de processos de reclassificação urbana. No caso de Moçambique, as observações de Araújo (2003) segundo as quais, devido à reclassificação urbana, determinados assentamentos humanos passaram, da noite para o dia, de espaços rurais para espaços urbanos sem que experimentassem significativas mudanças estruturais e infra-estruturais são consistentes com este pressuposto.

A experiência de diversos países mostra que as consequências do rápido crescimento demográfico urbano não são, por si mesmas, negativas ou positivas. Por um lado, há países nos quais a transição urbana conduziu a prosperidade económica e social. Por outro, há países que experimentaram a transição urbana sem que as condições de vida da população conhecessem melhorias. Portanto, ao examinarmos as consequências do rápido crescimento demográfico urbano em Moçambique, o que pretendemos ressaltar são os desafios e as oportunidades deste fenómeno demográfico nos espaços urbanos e para o País no seu todo. Os dados censitários mostram que, apesar das disparidades do tamanho da população urbana nas principais cidades moçambicanas, a densidade da população tem vindo a aumentar. Esta concentração da população é importante pois permite providenciar bens e serviços mais facilmente, contrariamente ao que sucede a uma população dispersa.

Os efeitos do rápido crescimento demográfico das cidades moçambicanas devem ser examinados em dois níveis. O primeiro concerne à cidade ou ao espaço urbano e o segundo concerne à influência da cidade ou do centro urbano sobre a região ou o País. Quanto ao primeiro nível, o rápido crescimento demográfico urbano, se acompanhado de um planeamento eficiente, pode propiciar a intensificação das actividades produtivas e o desenvolvimento de uma economia urbana prospera. Na ausência do planeamento, assiste-se a um desenvolvimento urbano que não responde as necessidades da população, particularmente do grupo etário dominante: o infante-juvenil. A insatisfação das necessidades educacionais, de cuidados saúde e de criação de postos de emprego tende a ter consequências negativas que comprometem o desenvolvimento urbano sustentável. A par destes desafios, é também necessário que a gestão ambiental, dada a concentração de pessoas e de consumo, seja potenciada. Como resultado do crescimento e desenvolvimento urbano sustentável, as cidades moçambicanas podem converter-se em núcleos de inovação tecnológica e mercados dinâmicos que beneficiem a região e o País. Portanto, o desenvolvimento urbano sustentável das cidades moçambicanas é fundamental para o desenvolvimento da economia do País. Tal sustentabilidade deve assentar no reconhecimento do direito à cidade, o que pressupõe não somente o direito de viver na cidade, mas também de influenciar o desenvolvimento urbano de modo que este não responda somente aos interesses do grande capital ou do Estado. Por fim, entendemos que este trabalho abre espaço para que se estude aprofundadamente a dinâmica do crescimento urbano em Moçambique de modo a perceber se o processo de transição urbana ora em curso está associado à constituição de uma hierarquia e de uma rede urbana em Moçambique. Tal é importante para o desenho de políticas de desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

- Agadjanian, V. (1995). Fertility and society in Maputo Mozambique. Disponível em: <http://www.popline.org/node/304889>
- Agadjanian, V. (2001). «Religion, social milieu, and the contraceptive revolution». *Population Studies*, 55(2), pp. 135-148. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00324720127691>
- Andersen, J. & Jenkins, P. (2015). «Who plans the African city? A case study of Maputo: part 1—the structural context». In: *International*. Disponível em: <http://online.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/idpr.2015.20>
- Araújo, M. G. M. de (2005). «Cidade de Nampula: a rainha do norte de Moçambique». In: *Finisterra*. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1501>
- Araújo, M. G. M. de (2012). «Espaço urbano demograficamente multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola». Disponível em: <http://apdemografia.pt/files/1853187958.pdf>
- Araújo, M. G. M. de (2003). «Os espaços urbanos em Moçambique». *GEOUSP—Espaço e Tempo*, (14), pp. 165-182.
- Araújo, M. G. M. de (1999). «A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural». In: *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 34(67), pp. 175-190.
- Arnaldo, C. (2013). «Fecundidade em Moçambique nos últimos 50 anos: Alguma Mudança?» In: Arnaldo, C. & Cau. B. (Eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: CEPESA, pp. 37-60.
- Arnaldo, C. & Hansine, R. (2015). «Dividendo demográfico em Moçambique. Oportunidades e desafios». In Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 399-416.
- Baia, A. (2011). «Os meandros da urbanização em Moçambique». In: *GEOUSP: Espaço e Tempo*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74202/0>
- Banco Mundial (2010). *Desenvolvimento Municipal em Moçambique: Lições da Primeira Década*. Maputo. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf>
- Bongaarts, J. (1978). «A framework for analyzing the proximate determinants of fertility». In: *Population and Development Review*, 4(1), p. 105. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1972149>
- Bongaarts, J. (2015). «Modeling the fertility impact of the proximate determinants: Time for a tune-up». *Demographic Research*, 33(1), pp. 535-560. Disponível em: <https://doi.org/10.4054/DemRes.2015.33.19>
- Bongaarts, J. & Feeney, G. (1998). «On the quantum and tempo of fertility». In: *Population and Development Review*, 24(2), p. 271. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2807974>

- Castel-Branco, C. N. (2003). «Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento». In: *I Quaderni Della Cooperazione Italiana*, 3.
- Castel-Branco, C. N. (2002). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique*. University of London.
- Chikanda, A. & Raimundo, I. (2016). *The Urban Food System of Maputo, Mozambique*. Disponível em: <http://hungrycities.net/wp-content/uploads/2016/10/HCPReport2.pdf>
- Cohen, B. (2006a). Urbanization in developing countries: Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. *Technology in Society*. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2005.10.005>
- Cohen, B. (2006b). «Urbanization in developing countries: Current trends, future projections, and key challenges for sustainability». In: *Technology in Society*, 28(1-2), pp. 63-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2005.10.005>
- Cohen, B. (2004). «Urban growth in developing countries: a review of current trends and a caution regarding existing forecasts». In: *World Development*. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X03001967>
- Costa, A. B. da (2011). «Famílias de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas». *Revista Internacional em Língua Portuguesa-RILP*, pp. 177-192. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3699>
- Dyson, T. (2011). «The role of the demographic transition in the process of urbanization». In: *PoPulation and DeveloPment Review*, 37(s1), pp. 34-54.
- Ezeh, A. C.; Kodzi, I. & Emina, J. (2010). «Reaching the urban poor with family planning Services». In: *Studies in Family Planning*, 41(2), pp. 109-116. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1728-4465.2010.00231.x>
- Francisco, A. (2012). «“Moçambique e a explosão demográfica”: Somos muitos? Somos poucos?». In: *Boletim IDELAS*. N.º 45. Maputo: IESE.
- Francisco, A. (2011). «A natureza incipiente da transição demográfica em Moçambique». In: *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp. 5-35.
- Gonçalves, N. S. (2016). «The urban space of Mafalala: Origin, evolution, and characterization». In: *Journal of Lusophone Studies*, 1(1), pp. 125-138. Disponível em: <https://doi.org/10.21471/jls.v1i1.41>
- Hanlon, J. & Smart, T. (2008). *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* Disponível em: <https://www.cabdirect.org/cabdirect/abstract/20093144936>
- Hanlon, J. (2010). «Mozambique: “the war ended 17 years ago, but we are still poor”». In: *Conflict, Security & Development*, 10(1), pp. 77-102. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14678800903553902>

- Harvey, D. (2003). «The right to the city». In: *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(4), pp. 939-941. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.0309-1317.2003.00492.x>
- Jenkins, P. (2013). *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. Disponível em: https://books.google.de/books?hl=en&lr=&id=_BGxAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Jenkins+urbanity+africa&ots=yUDej1fDnL&sig=L75A3co3pid3_fVo5WN3YBD3jYY
- Jenkins, P. (2006). «Image of the city in Mozambique: Civilization, parasite, engine of growth or place of opportunity?» In: *African Urban Economies*. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230523012_4
- Jenkins, P. (2004). «Beyond the formal/informal dichotomy: access to land in Maputo, Mozambique». In: *Reconsidering Informality: Perspectives from Urban*. Disponível em: https://books.google.de/books?hl=de&lr=&id=RqF8v_PKz7gC&oi=fnd&pg=PA210&dq=colonial+city+urbanization+moza,bique&ots=LTi6cMTI3i&sig=JQX-AAHujAMQfYmDTBMSptywapjA
- Jorge, S. & Melo, V. (2011). «Processos e dinâmicas de (re) produção do espaço urbano: o caso de Maputo». In: *Second International Conference of Young Urban*.
- Kingsley, D. & Blake, J. (1956). «Social structure and fertility: An analytic framework». In: *Economic Development and Cultural Change*, 4(3), pp. 211-235. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/449714>
- Lefebvre, H. (2004). *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*. A&C Black. Disponível em: <https://books.google.de/books?hl=en&lr=&id=INcAsZ1oTq8C&oi=fnd&pg=PR5&dq=lefebvre+everyday+life&ots=iBuOocGUhb&sig=gvHxZMD3Ur9l6YuzbVrYpN9K1so>
- McNamara, R. S. (1983). «Time bomb or myth: The population problem». In: *Foreign Aff.*, 62, p. 1107.
- Meadows, D. H.; Meadows, D. L. & Randers, J. (1992). *Beyond the Limits: Confronting Global Collapse Envisioning a Sustainable Future*. Londres: Chelsea Green Pub Co.
- Melo, V. de P. (2013). «Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro». In: *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vanessa_Melo/publication/262747643_Portuguese_urbanism_in_the_city_of_Maputo_past_present_and_future/links/555b07d508ae6fd2d828529f.pdf
- Montgomery, M. R.; Stren, R.; Cohen, B. & Reed, H. E. (2013). *Cities Transformed: Demographic Change and its Implications in the Developing World*. Londres: Routledge. Disponível em: <https://content.taylorfrancis.com/books/download?dac=C2011-0-05750-6&isbn=9781134031665&format=googlePreviewPdf>

- Raimundo, I. M. (2007). «Migration Management: Mozambique's Challenges and Strategies». In: Oucho, J. (Ed.), *International Migration and National Development in sub-Saharan Africa*, pp. 91-116). Brill. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/ej.9789004163546.i-309.65>
- Raimundo, I. M. & Muanamoha, R. (2013). «A dinâmica migratória em Moçambique». In: Arnaldo, C. & Cau, B. (Eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: CEPISA, p. 173. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318702836>
- Raposo, I.; Jorge, S.; Viegas, S. & Melo, V. (2012). «Luanda e Maputo: Inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal». In: *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v4n2/a04v4n2>
- Rodrigues, C. U. (2019). «Migração, Movimento e urbanização em Angola e Moçambique». In: IESE (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018* Maputo: IESE, pp. 449-479.
- Schneider, A.; Friedl, M. A. & Potere, D. (2009). «A new map of global urban extent from MODIS satellite data». In: *Environmental Research Letters*, 4(4), 044003. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/4/4/044003>
- Sear, R.; Lawson, D. W.; Kaplan, H. & Shenk, M. K. (2016). «Understanding variation in human fertility: what can we learn from evolutionary demography?» In: *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*, 371(1692), 20150144. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0144>
- Todaro, M. P. (1997). *Urbanization, Unemployment, and Migration in Africa: Theory and Policy* (Vol. 104). Population Council New York.
- United Nations – Department of Economic and Social Affairs – DESA – Population Division. (2015). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*.